CÂMARA MUNICIPAL DE PESO DA RÉGUA**Aviso****Contratação de pessoal a termo resolutivo certo**

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os trabalhadores a seguir mencionados:

Por meu despacho de 24 de Julho de 2006, com início no dia 2 de Outubro de 2006 e válidos até ao dia 30 de Setembro de 2007:

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura — para exercer funções inerentes à categoria de arquitecto-coordenador (escalon 1, índice 510) no GTL de Peso da Régua.

Nuno Gabriel Sérgio Manique — para exercer funções inerentes à categoria de engenheiro de planeamento e urbanismo (escalon 1, índice 400) no GTL de Peso da Régua.

Olga Sofia Diz Simões — para exercer funções inerentes à categoria de arquitecta (escalon 1, índice 400) no GTL de Peso da Régua.

Rui Manuel Mesquita Miranda Amaral Fonseca — para exercer funções inerentes à categoria de desenhador (escalon 1, índice 400) no GTL de Peso da Régua.

Sara Cristiana Pito Valente — para exercer funções inerentes à categoria de arquitecta paisagista (escalon 1, índice 400) no GTL de Peso da Régua.

Célia Alexandra e Silva Oliveira — para exercer funções inerentes à categoria de topógrafa (escalon 1, índice 223) no GTL de Peso da Régua.

José Alfredo Saraiva Almeida — para exercer funções inerentes à categoria de jurista (escalon 1, índice 400) no GTL de Peso da Régua.

Iria Marisa Monteiro Ferreira — para exercer funções inerentes à categoria de socióloga (escalon 1, índice 400) no GTL de Peso da Régua.

Ana Sofia de Castro Borges Ferreira — para exercer funções inerentes à categoria de assistente administrativa (escalon 1, índice 199) no GTL de Peso da Régua.

Nuno Marco Fernandes Pinheiro — para exercer funções inerentes à categoria de engenheiro civil (escalon 1, índice 400) no GTL de Peso da Régua.

Mónica Paula Conceição Cardoso da Silva — para exercer funções inerentes à categoria de historiadora (em regime de horário a meio tempo — escalon 1, índice 400) no GTL de Peso da Régua.

Por meu despacho de 28 de Setembro de 2006, com início no dia 2 de Outubro de 2006 e válido até ao dia 30 de Abril de 2008:

Sónia Alexandra de Carvalho Pereira Coutinho — para exercer funções inerentes à categoria de animadora para o espaço Internet a funcionar nas instalações do pavilhão gimnodesportivo de Peso da Régua.

2 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves*. 1000306618

Aviso**Contratação de pessoal a termo resolutivo certo**

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, por meu despacho de 6 de Outubro de 2006, com início no dia 9 de Outubro de 2006 e válidos até ao dia 21 de Agosto de 2007, com os trabalhadores a seguir mencionados:

Ana Isabel Monteiro Carvalhosa — para exercer funções inerentes à categoria de auxiliar da acção educativa (escalon 1, índice 142) no Jardim-de-Infância de Godim.

Ana Isabel dos Santos Monteiro — para exercer funções inerentes à categoria de auxiliar da acção educativa (escalon 1, índice 142) no Jardim-de-Infância de Godim.

Catarina Isabel Igreja Paixão — para exercer funções inerentes à categoria de auxiliar da acção educativa (escalon 1, índice 142) no Jardim-de-Infância de Peso da Régua.

Diana Mariza Pereira Mesquita — para exercer funções inerentes à categoria de auxiliar da acção educativa (escalon 1, índice 142) no Jardim-de-Infância de Loureiro.

Helena Isabel Lopes Mergulhão — para exercer funções inerentes à categoria de auxiliar da acção educativa (escalon 1, índice 142) no Jardim-de-Infância de Galafura.

Maria Margarida Cardoso Ferreira — para exercer funções inerentes à categoria de auxiliar da acção educativa (escalon 1, índice 142) no Jardim-de-Infância de Fontelas.

Patrícia Alexandra Correia Teixeira — para exercer funções inerentes à categoria de auxiliar da acção educativa (escalon 1, índice 142) no Jardim-de-Infância de Loureiro.

Susana Maria Guedes Cardoso — para exercer funções inerentes à categoria de auxiliar da acção educativa (escalon 1, índice 142) no Jardim-de-Infância de Peso da Régua.

9 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves*. 1000306627

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL**Aviso****Discussão pública**

Irene de Jesus Marques Fortunato da Fonseca, vereadora da Câmara Municipal de Pinhel, torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, por força do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se procede, pela Câmara Municipal de Pinhel, à discussão pública relativa à alteração da operação de loteamento da tapada em nome de António José de Sousa Lopes e outros, na freguesia de Pinhel, por iniciativa de Amélia da Ascensão Panageiro, pelo que, durante 15 dias desde a data da publicação deste aviso, poderão os interessados apresentar, por escrito e devidamente fundamentadas e documentadas, quaisquer reclamações, observações ou sugestões que julguem com direito. A referida operação de loteamento encontra-se disponível, para consulta, na Secção de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Pinhel. Não serão consideradas as reclamações, observações ou sugestões apresentadas fora do prazo estabelecido.

27 de Setembro de 2006 — A Vereadora, *Irene de Jesus Marques Fortunato da Fonseca*. 3000217350

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE**Aviso**

1 — Para efeitos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, que por despacho do vereador em regime de permanência de 24 de Agosto de 2006 e por meu despacho de 14 de Setembro de 2006 e no uso da competência que me foi delegada pelo despacho n.º 26/PRES/2005, de 24 de Outubro, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, os seguintes concursos internos de acesso geral:

Concurso n.º 1 — para provimento de dois lugares da categoria de técnico de 1.ª classe da carreira e grupo de pessoal técnico;

Concurso n.º 2 — para provimento de um lugar da categoria de técnico de 1.ª classe da carreira e grupo de pessoal técnico.

2 — Legislação aplicável aos presentes concursos — aos presentes concursos são aplicáveis, designadamente, as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, 184/89, de 2 de Junho, 442/91, de 15 de Novembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e 248/85, de 15 de Julho.

3 — Prazo de validade — os concursos visam o provimento das vagas referidas e caducam com o respectivo preenchimento.

4 — Serviço e área funcional:

Concurso n.º 1 — Divisão de Obras Municipais e Divisão de Planeamento e Estruturação Urbana;

Concurso n.º 2 — Biblioteca Municipal da Câmara Municipal.

5 — Local de prestação de trabalho — Portalegre e área do município.

6 — Remuneração e condições de trabalho — os cargos são remunerados pelo escalão a que na estrutura remuneratória da categoria corresponde o índice superior mais aproximado, se os funcionários vierem já auferindo remuneração igual ou superior à do escalão 1.

6.1 — A integração na nova categoria far-se-á no escalão seguinte da estrutura da categoria desde que da remuneração atrás referida resulte um impulso salarial inferior a 10 pontos.

6.2 — Se a remuneração, em caso de progressão, for superior à que resulta da aplicação dos números anteriores, a promoção faz-se para o escalão seguinte àquele que lhe corresponderia por força daquelas regras, excepto se os funcionários tiverem mudado de escalão há menos de um ano.

6.3 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

7 — Conteúdo funcional dos lugares a prover — o descrito no mapa 1 do anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

8 — Requisitos gerais de admissão — os referidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Requisitos especiais de admissão — reunirem os requisitos constantes da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

10 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Rua de Guilherme Gomes Fernandes, 28, 7300-186 Portalegre, o qual, bem como a documentação que o deva acompanhar, poderá ser entregue pessoalmente na Divisão de Recursos Humanos e Formação da Câmara Municipal ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, no qual deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, residência, código postal e telefone, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu e número de contribuinte fiscal);
- b) Habilitações literárias;
- c) Identificação do concurso a que se candidata, assim como do *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso;
- d) Quaisquer circunstâncias susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal e, neste caso, devidamente comprovadas.

10.1 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados obrigatoriamente, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado, rubricado e assinado;
- d) Declaração emitida pelo serviço de pessoal, a qual comprove, pela ordem indicada:

A categoria de que os candidatos são titulares;
O vínculo à função pública;
O tempo de serviço, contado à data do prazo previsto por este aviso para apresentação das candidaturas, na categoria e na função pública;

- e) Fotocópia das fichas de notação dos últimos três anos, devidamente confirmadas pelo respectivo serviço;
- f) Declaração passada pelas entidades promotoras dos cursos de formação profissional (seminários, acções de formação, etc.) ou fotocópia;
- g) Documentos que considerem relevantes para apreciação do seu mérito.

11 — Os candidatos que sejam funcionários da Câmara Municipal de Portalegre ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas a), b), e) e f) desde que constem dos respectivos processos individuais, de acordo com o artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — A apresentação ou a entrega de documento falso implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

14 — Métodos de selecção — nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, são adoptados os seguintes métodos de selecção:

Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos mediante a ponderação de parâmetros adequados ao perfil do cargo a prover;

Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que é aberto o concurso, com base na análise do respectivo currículo profissional e de acordo com os seguintes factores:

- a) Habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- b) Formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e de aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso;
- c) Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem como outras capacidades adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;
- d) Classificação de serviço, onde se pondera a sua expressão quantitativa.

15 — A classificação final dos candidatos, pela aplicação dos métodos de selecção a que refere o n.º 14 deste aviso, será expressa de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os que tiverem classificação inferior a 9,5 valores e efectuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

em que:

- CF = classificação final;
AC = avaliação curricular;
EPS = entrevista profissional de selecção.

16 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação da entrevista profissional de selecção e na avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada [alínea g) do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho].

17 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia e da hora da aplicação dos métodos de selecção nos termos previstos no n.º 2 do artigo 34.º e no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

18 — A relação dos candidatos admitidos, a notificação dos excluídos e a lista de classificação final serão efectuadas nos termos e prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

19 — Da exclusão do concurso e da homologação da lista de classificação final cabe recurso, a interpor nos termos e prazos previstos nos artigos 43.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugados com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 29 de Junho.

20 — O júri terá a seguinte composição:

Concurso n.º 1:

Presidente — Dr. José Manuel Figueiredo Gandum, técnico superior de 1.ª classe, contabilidade e administração.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria Ester Lobato de Faria de Matos Sequeira, técnica superior de 2.ª classe, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Teresa de Jesus Reis Narciso, chefe de divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização.

Vogais suplentes:

Dr. José Francisco Realinho Povoas, técnico superior de 2.ª classe, contabilidade, dos Serviços Municipalizados de Portalegre.

Dr.ª Maria João Marcão Veiga de Azevedo Coutinho Tavares, técnica superior de 2.ª classe, jurista.

Concurso n.º 2:

Presidente — Dr.ª Joana Maria Barradas Munoz Crespo, directora do Departamento dos Assuntos Sociais, Cultura, Educação, Desporto e Turismo.

Vogais efectivos:

Dr.ª Olga Maria Vasco Ribeiro, técnica superior principal de biblioteca e documentação.

Dr.ª Sónia Maria Braga de Campos Moreira Alves, técnica superior assessora principal, conservadora de museus.

Vogais suplentes:

Dr.ª Cláudia Costa Barros Mourato Nunes Roque, técnica superior de 2.ª classe.

Dr. Pedro Guilherme Mourato Rainho Barbas, técnico superior de 2.ª classe, desporto.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso, aplicam-se as regras constantes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Biscainho*.
3000217410

CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aviso

Discussão pública

Aditamento ao alvará de loteamento n.º 4/78 — Bouça de Cima, Rua de Ramalho Eanes, lugar de Moinhos Novos, Póvoa de Lanhoso

A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a aprovação de uma alteração ao alvará de loteamento, designadamente o lote 5, sito na Rua de Ramalho Eanes, Moinhos Novos, freguesia e concelho da Póvoa de Lanhoso, em que é requerente Reinaldo Alexandre Lopes dos Santos.

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimento relativamente à pretendida operação urbanística, os quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pela respectiva divisão municipal, se encontra disponível, para consulta, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, sita na Avenida da República, Edifício dos Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso.

6 de Outubro de 2006. — O Vereador do Pelouro, *António Alves Fernandes*.
1000306642

CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA

Aviso n.º A/71/2006

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, faz-se público que, por despachos do presidente da Câmara Municipal de 16 e 20 de Junho de 2006 e do vice-presidente da Câmara Municipal de 14 de Julho de 2006, foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo certo, pelos períodos de 17 de Junho a 15 de Setembro, 20 de Junho a 15 de Setembro e 15 de Julho a 15 de Setembro, com João Pedro Maurício da Cunha, Brian Terra Lourenço, Hugo Manuel Dru-

mond Mota Santos, Filipe Miguel Machado Dias, Paulo Sérgio Pereira Azera, Tiago Maurício da Cunha, Carlos Miguel Melo Meneses, João Miguel Videira Costa, Rui Manuel Martins Falcão, Fábio Manuel Rocha Oliveira, Filipa Andreia Cabral Toledo, Mário Jorge Sousa Silva, Rodrigo Pereira do Nascimento Teixeira Cardoso e Diogo Rodrigo Teófilo Oliveira na categoria de nadador salvador, grupo de pessoal auxiliar.

5 de Setembro de 2006. — A Vereadora, com competência delegada, *Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos*.

1000306587

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Aviso

Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 2 de Fevereiro de 2006, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado com Fábio Rodrigues Borges por urgente conveniência de serviço, pelo período de dois anos e seis meses, com início em 3 de Fevereiro de 2006, na categoria de auxiliar administrativo, nos termos do n.º 1 do Código do Trabalho.

3 de Fevereiro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Ricardo José Moniz da Silva*.
1000306589

Aviso

Alteração à licença de operação de loteamento Alvará n.º 11/2000

José António Silva Brum, vice-presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, aplicável por força do artigo 152.º do mesmo diploma legal (adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio), é aberto um período de discussão pública sobre o pedido de alteração à licença de operação de loteamento — 2.º aditamento, que a munícipe Fernanda Paula Correia Maiati e outros pretende levar a efeito na Estrada Regional n.º 1, 1.ª, vila de Rabo de Peixe, concelho de Ribeira Grande, conforme determina o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

O respectivo projecto estará exposto na Divisão de Obras e Urbanismo desta autarquia.

O período de discussão pública e de exposição do respectivo projecto é de 15 dias, com início a contar da data da publicação deste aviso, sendo o horário coincidente com o horário dos serviços onde se encontrará exposto.

Mais se faz saber que os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, na Divisão de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal, sendo as mesmas dirigidas ao presidente da Câmara Municipal.

9 de Outubro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *José António Silva Brum*.
1000306591

Aviso

Alteração à licença de operação de loteamento Alvará n.º 18/1994

José António Silva Brum, vice-presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, aplicável por força do artigo 152.º do mesmo diploma legal (adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio), é aberto um período de discussão pública sobre o pedido de alteração à licença de operação de loteamento — 3.º aditamento, que a empresa Tachinha e Filhos pretende levar a efeito na Rua de Antero de Quental, freguesia da Conceição, concelho de Ribeira Grande, conforme determina o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.

O respectivo projecto estará exposto na Divisão de Obras e Urbanismo desta autarquia.

O período de discussão pública e de exposição do respectivo projecto é de 15 dias, com início a contar da data da publicação deste aviso, sendo o horário coincidente com o horário dos serviços onde se encontrará exposto.